

# Ouro Preto ganha Conselho LGBTQIAP+

**[CLIQUE AQUI PARA RECEBER MENSAGENS NO SEU CELULAR](#)**

---

*Por Débora Fernandes*

A cidade de Ouro Preto ganhou mais uma conquista segundo o diretor em Educação e Saúde da Secretaria de Saúde de Ouro Preto, Victor Pinto. Ele conta que o Conselho da população LGBTQIAP+ é uma reivindicação antiga dessa população do município: “A necessidade de criação (do conselho) foi reforçada pelo mapeamento da população LGBTQIAP+ que a gente realizou via Secretaria de Saúde e outras secretarias junto com a UFOP, para entender preliminarmente, o número de pessoas da cidade e qual a situação social que essas pessoas se encontram.”

O levantamento mostrou que mais de 73% dessa população já sofreu algum tipo de violência verbal ou psicológica por ser LGBTQIAP+ e 14% já sofreu violência física dentro da cidade, sendo que a maior parte das violências ocorreram nas ruas ou dentro do âmbito familiar, escolar e de trabalho. O mesmo mapeamento apontou que 80% da população LGBTQIAP+ não conseguia assumir seu gênero e sua sexualidade para a sociedade para além das pessoas próximas. Victor Pinto conta como os números são problemáticos: “isso significa que essa população não consegue expressar seu amor, expressar livremente quem são, sentar em um bar de mãos dadas com seu companheiro, com sua companheira, andar na rua, fazer um ato público de afeto, ou seja, é impedido a maior parte da nossa população LGBTQIAP+ o simples fato de ser, de existir e de amar.”

Segundo Victor, dentro da mesma pesquisa, várias pessoas responderam que sentiam a necessidade da criação de um Conselho que os representassem, para unir essas pessoas e dar voz a suas reivindicações. O grupo será um importante articulador entre poder público e políticas públicas voltadas para os direitos da população integrante. Ele espera que por meio da criação do Conselho, a cidade receba ações afirmativas nas áreas da saúde, educação, cultura e arte, acesso aos patrimônios materiais e imateriais, de forma plena, voltada para essa população.

Victor completa: “Eu acho que esse Conselho vem em consonância com a Lei Municipal de Combate a LGBTfobia, lei nº 1183 de 30 de setembro de 2020, que foi sancionada pelo Executivo, mas que ainda é uma lei que está muito no papel. A ideia é que esse Conselho venha dar um suporte e faça uma cobrança para que essa lei seja aplicada”.